

## Grupo de Covas pára de negociar e fica com texto de Cabral

BRASÍLIA — O grupo parlamentarista liderado pelo senador Mário Covas decidiu que não negociará com o governo qualquer forma de presidencialismo e que só abrirá mão, no que está proposto no relatório de Bernardo Cabral, de dois pontos: em vez de o presidente da República ter direito a apenas uma indicação para primeiro-ministro, teria direito a duas; recusados os dois nomes, o presidente teria poder de dissolver a Câmara, se esta não fizesse sua própria indicação em cinco dias (e não em 48 horas), sem precisar fazer uma terceira e última indicação, como está previsto no substitutivo de Cabral.

A proposta encaminhada ao governo para negociação pelo grupo Hércules, comandado pelo senador José Richa, de adoção gradual do parlamentarismo com seis anos de mandato para o presidente José Sarney, desagradou aos parlamentaristas liderados por Mário Covas e também não entusiasmou o Palácio do Planalto.

**Manobra** — Na área do governo, de acordo com a fonte, a ordem é centrar esforços para que Bernardo Cabral aproveite em seu substitutivo a emenda apresentada pelo deputado Theodoro Mendes (PMDB/SP), que amplia os poderes do Congresso, mas mantém o presidencialismo. Há no Planalto a certeza de que, por trás do parlamentarismo, esconde-se o propósito dos opositores do governo em diminuir o poder do presidente Sarney, numa manobra para forçar o encurtamento do mandato atual.

Convencer o presidente Sarney de que não existe essa manobra tem sido uma das tarefas a que se dedicou o senador José Richa nos últimos 15 dias. O senador recorreu à tese do mandato de seis anos, que nem o presidente defende, numa reaproximação com Sarney após quase dois meses de afastamento. Segundo um assessor do Planalto, Sarney e Richa se têm encontrado com frequência, sempre tendo o sistema de governo como assunto principal, mas sem chegar a um acordo.

**Argumentos** — Após um desses encontros, Sarney garantiu a um de seus assessores que não está disposto a negociar qualquer fórmula parlamentarista e que insistirá no presidencialismo com Congresso forte ou "presidencialismo menos imperial", como chama sua proposta. Por ela, o Congresso teria poderes para legislar financeiramente e até para vetar ministros.

Na conversa de sábado entre o grupo de Richa e o ministro-chefe do Gabinete Civil, a posição do presidente foi ratificada, enquanto o senador paranaense explicava que a sua idéia de implantação gradual do parlamentarismo visa a adaptar a nação a esse sistema e afastar o risco de que o próximo presidente da República, insatisfeito com o parlamentarismo, faça voltar o presidencialismo através de um plebiscito.

Todos esses argumentos foram apresentados pelo grupo "Hércules" aos liderados de Mário Covas, que, entretanto, discordam da idéia e até da negociação direta com o governo.

## Presidencialismo leva PDT ao PFL e ao PT

BRASÍLIA — Uma emenda presidencialista do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), feita durante um longo processo de conversações do PDT com o presidente do PFL, Marco Maciel, e com o presidente do PT, Luiz Inácio da Silva, Lula, poderá ser o único ponto de unidade entre os dois partidos de esquerda e o PFL. A emenda já foi assinada por todos os parlamentares do PDT e do PT. O líder Brandão Monteiro aguarda uma resposta oficial de Maciel sobre a proposta.

A emenda de Vivaldo institui o presidencialismo em sua forma pura. Além de Brandão, trabalharam nela o deputado Roberto D'Ávila, (PDT-RJ); Marco Maciel e o líder José Lourenço, do PFL, e os deputados José Genoíno e Plínio de Arruda Sampaio, do lado do PT. Eles querem um presidencialismo sem divisão de chefe de Estado e chefe de governo, com todos os poderes concentrados nas mãos do presidente da República.

Em contrapartida, o projeto pretende dar ao Congresso a força de destituir ministros e presidentes de órgãos públicos e autarquias, através de votos de desconfiança — que podem atingir inclusive os ministros militares. Em casos de conflito de poder entre o presidente e o Congresso, qualquer um deles poderá convocar um plebiscito.

Embora a proposta sobre sistema de governo seja esta, a intenção do autor é conjugá-la com outros "dispositivos democratizadores", como o tribunal constitucional, o fortalecimento do ministério público e a manutenção do defensor do povo. "O presidencialismo tem que vir acompanhado do fortalecimento de instituições controladoras do poder executivo", justificou Vivaldo.

As conversas em torno de um possível acordo entre o PFL e o PDT se intensificaram nos últimos dois meses, por iniciativa do próprio Maciel, que iniciou os contatos com Vivaldo e Brandão Monteiro e, mais tarde, procurou o presidente do partido, o ex-governador Leonel Brizola. Segundo Vivaldo, nas últimas semanas as conversas se concentraram em torno do tema Presidencialismo.

"Maciel ainda não deu a resposta, mas a minha emenda é muito próxima das suas idéias de implantar um presidencialismo com o que chama de equitência entre poderes", afirmou Vivaldo. Do PDT, o partido de Brizola, já tem a resposta: todos os constituintes do partido assinaram a proposta.

## Deputada petista pede consulta aos filiados

SÃO PAULO — O PT, até agora um aliado da corrente que defende o presidencialismo, pode rediscutir sua posição. A deputada federal Irma Passoni (PT-SP), vice-líder da bancada, entregou ao presidente nacional do partido, deputado Luís Inácio da Silva, um pedido de consulta a todos os filiados, na tentativa de rever a decisão a favor do presidencialismo. Irma argumenta que o regime parlamentarista está mais de acordo com a "visão de co-responsabilidade", pregada pelo socialismo petista.

Irma argumenta que a opção do PT pelo presidencialismo foi uma decisão rápida e "insuficientemente discutida". Para reforçar sua tese ela faz uma revelação surpreendente: "O Lula, por exemplo, é parlamentarista, mas defende o presidencialismo porque esta é a posição oficial do partido." A deputada entende que, no presidencialismo, o poder é centralizador, pouco aberto, sem transparência e "mais suscetível a golpes de estado".

A posição do PT em relação ao assunto — adverte a deputada — pode vir a ser, em outubro, o pêndulo da balança na Constituinte. Por isso ela quer que o PT rediscuta o assunto, se possível consultando os filiados; senão, discutindo com as direções regionais, até o final deste mês.

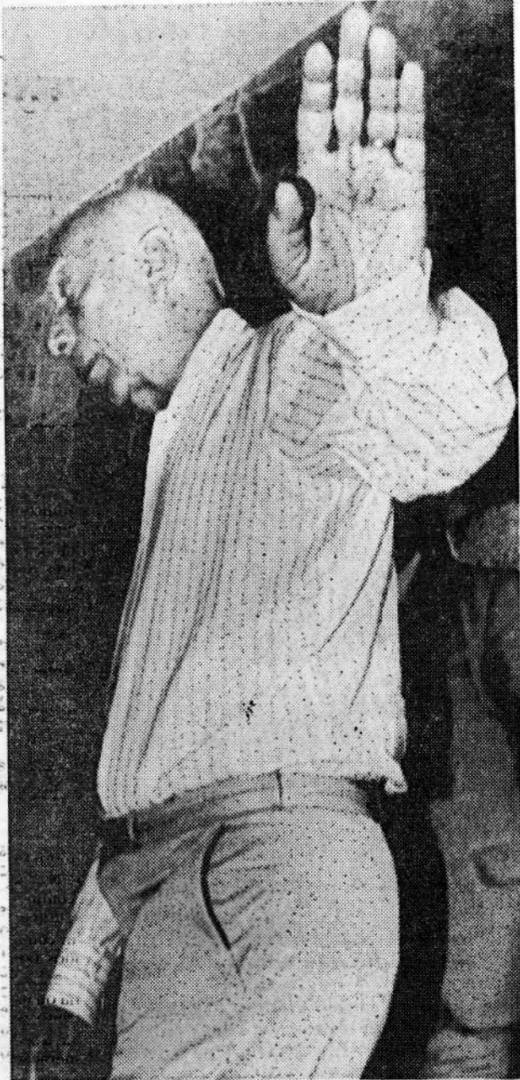
## Secretários de Newton que são constituintes poderão pedir licença

BELO HORIZONTE — Pelo menos três dos quatro deputados federais eleitos em novembro passado, que ocupam cargos de secretários de Estado em Minas, deverão pedir exoneração para participar das votações na Constituinte: Joaquim de Mello Freire, de Agricultura, José da Conceição Santos, de Transportes, e Luiz Leal, de Educação. O quarto, Genésio Bernardino, secretário de Governo e Coordenação Política, ainda está indeciso. Eles votarão, segundo a orientação do governador Newton Cardoso, nos cinco anos de mandato para o presidente Sarney e pelo presidencialismo.

Destes, José da Conceição já conversou individualmente com Newton Cardoso. A partir do dia 20, ele pretende começar a acompanhar de perto os debates no plenário da Constituinte, em Brasília, mas só se licenciará, para participar das votações, em outubro, planejando reassumir seu cargo logo após a promulgação do texto constitucional. Além de Conceição, Mello Freire vota pelos cinco anos e pelo presidencialismo.

Já Luiz Leal, favorável ao mandato de cinco anos para Sarney, não terá dificuldades de conciliar sua tese de parlamentarismo misto com a do sistema presidencialista com o Legislativo fortalecido, cuja aprovação é articulada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

**Dúvida** — A única pendência, por enquanto, fica por conta de Genésio Bernardino, desiludido com o tratamento que vem recebendo de Newton Cardoso no governo. Até ontem, as informações dos próprios assessores diretos de Genésio Bernardino sobre sua decisão de votar ou não na Constituinte eram duvidosas e desencontradas.



Ulysses reuniu em casa a cúpula do PMDB

## Mudança gradual de regime pode ampliar mandato de Sarney

BRASÍLIA — A implantação gradual do parlamentarismo, dentro de um modelo que garanta ao presidente da República um período de transição, é a fórmula que o presidente José Sarney e todas as forças políticas da Constituinte aceitam discutir. A afirmação foi feita pelo senador José Richa (PMDB-PR), após uma reunião de três horas e meia com o relator do projeto da Constituição, Bernardo Cabral, o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e toda a cúpula do PMDB, na casa do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Richa referia-se à proposta do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) que sugere a mudança gradual do sistema de governo — o parlamentarismo clássico só entraria em funcionamento em 1990 —, mas com um detalhe que não agradou a todos na reunião: por esse sistema o presidente José Sarney cumpriria os seis anos de seu mandato.

Dos participantes do encontro, Richa foi o que saiu mais empolgado com a proposta — "É preciso haver um período de transição", disse —, mas esquivou-se de opinar sobre os seis anos de mandato defendidos por Bonifácio de Andrada: "Estamos falando no princípio de se instalar gradualmente o parlamentarismo e não no tempo de mandato do presidente".

**Partir e chegar** — "Como ponto de partida, pode até ser, mas o problema é o ponto de chegada", ironizou o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, deixando claro que o parlamentarismo gradual pode ser o ponto de negociação, mas a discussão de uma forma de governo que agrade a todos é um problema. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, foi cético em relação à idéia do parlamentarismo gradual: "Acho isso muito difícil".

Cada um saiu da reunião com sua interpretação. O relator Bernardo Cabral concordou com Richa: "Acho que talvez seja esse o caminho para um consenso. Queremos evitar o confronto nas votações. Não queremos criar mecanismos que impeçam a transição". Mas, como Richa, evitou comentar a proposta de seis anos de mandato para Sarney, com parlamentarismo gradual.

O sistema de governo ocupou os 15 primeiros minutos da reunião, mas segundo os participantes da reunião não houve discussão sobre o tema, "apenas comentários, uma conversa informal". Durante as três horas de encontro — disse Bernardo Cabral — só se debateu mesmo a forma de conduzir os trabalhos da Constituinte, especialmente nas votações. Na quinta-feira, Ulysses Guimarães reunirá todos os líderes do partido para discutir o que já foi informalmente decidido entre a cúpula do PMDB e integrantes do PFL.

□ A proposta do deputado Bonifácio de Andrada prevê que, antes de 1990, para garantir a transição, haja três meses após a promulgação da nova carta a nomeação do primeiro-ministro e do Conselho de Ministros, que poderão ser exonerados a qualquer tempo pelo presidente da República. Mensalmente o primeiro-ministro terá que comparecer à Câmara para discutir o programa do governo. Em 1989, a nomeação do primeiro-ministro será submetida à aprovação da Câmara dos Deputados, que também poderá derrubá-lo com dois terços dos votos. Se o primeiro-ministro for destituído, todo o Conselho de Ministros terá que ser demitido. Em 1990, o presidente nomeará um primeiro-ministro para exercer a chefia de governo, marcando a data de adoção do parlamentarismo clássico.



**OS  
BASTIDORES  
DA  
POLÍTICA  
INFORMAÇÃO  
CONFIDENCIAL**

COLUNA  
DO  
CASTELLO

JORNAL DO BRASIL